

AMAZÔNIA VIVA!

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
Nº 1
MAIO DE 2007

Esta é a primeira edição de *AMAZÔNIA VIVA!*, newsletter trimestral com notícias do trabalho de implementação da moratória sobre novos desmatamentos para plantio de soja na Amazônia brasileira.

A partir de uma investigação do Greenpeace, que expôs a ligação entre a soja na cadeia de suprimentos das empresas líderes da indústria de alimentos e a destruição da floresta amazônica, formou-se uma aliança de produtores, supermercados e cadeias de fast-food. O Greenpeace, ONGs e organizações da sociedade civil se uniram na busca de soluções. Em resposta, os maiores traders de soja em operação no Brasil anunciaram uma moratória sobre a comercialização de soja proveniente de novos desmatamentos na Amazônia, a partir de julho de 2006.

AMAZÔNIA VIVA! tem o objetivo de manter os setores de alimentos e agronegócios informados sobre o progresso da moratória. Com ela, também esperamos encorajar outras empresas a se envolver na iniciativa e compartilhar nossos esforços para salvar a Amazônia.



Capa do relatório investigativo do Greenpeace "Comendo a Amazônia" lançado em abril de 2006.
Fotografia © Greenpeace/Beltra

● Como a indústria de alimentos pode ajudar a evitar o desmatamento da Amazônia para cultivo de soja



Área de floresta amazônica desmatada para plantio de soja em Santarém (PA). A árvore solitária só se salvou porque é uma castanheira protegida por lei. © Greenpeace/Beltra

Nos últimos anos, o cultivo de soja se tornou uma das principais ameaças à floresta amazônica – região que é lar para pelo menos 30% das plantas terrestres e espécies animais e mais de 20 milhões de pessoas, tendo fundamental importância para a estabilidade do equilíbrio climático global. A expansão desenfreada do cultivo de soja na maior floresta tropical do mundo, para satisfazer a crescente demanda por ração animal na Europa e na China, estimulou o desmatamento e trouxe consigo injustiça social e violência contra as comunidades locais.

Entre agosto de 2000 e agosto de 2005, a área total de florestas desmatadas na Amazônia brasileira foi de cerca de 129 mil quilômetros quadrados, o equivalente a mais da metade da superfície do estado de São Paulo. Cerca de 75% das emissões brasileiras de gases do

efeito estufa resultam do desmatamento e queimadas, sendo a maioria na Amazônia. Isso coloca o Brasil como o quarto maior poluidor do clima. A taxa de desmatamento anual caiu nos dois últimos anos, mas, se o ritmo atual de destruição se mantiver, 40% da floresta estarão devastados até 2050, causando danos irreversíveis à biodiversidade e ao clima do planeta. Outro problema associado ao desmatamento ilegal é o trabalho escravo. Em 2006, mais de 1500 trabalhadores foram libertados, principalmente no Mato Grosso e no Pará, estados que estão na linha de frente da expansão da pecuária e da soja.

Em abril de 2006, após 12 meses de investigação, o Greenpeace publicou o relatório "Comendo a Amazônia", documento que detalha como a soja utilizada na cadeia de suprimentos das

▶ indústrias internacionais que lideram o setor de alimentos está conectada ao desmatamento ilegal, à grilagem de terras, ao trabalho escravo e à violência no campo. A soja plantada aqui é exportada para alimentar animais na Europa que, depois, vão parar nas prateleiras supermercados e nas bandejas de redes de fast-food.

A rede McDonald's foi a primeira a responder à pressão, eliminando a soja amazônica de sua cadeia de suprimentos e chamando outras empresas a fazer o mesmo. Trabalhando com o Greenpeace, várias empresas de alimentos européias e brasileiras aderiram à iniciativa, criando uma aliança para pedir mudanças. Em 24 de julho de 2006, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e suas respectivas associadas, incluindo as principais traders internacionais de soja, Cargill, Bunge, ADM, Dreyfus e o grupo brasileiro Amaggi, anunciaram uma moratória de dois anos para a compra de soja proveniente de novas áreas desmatadas na Amazônia e a exclusão de fazendas que usam mão-de-obra escrava, a partir daquela data. De acordo com Carlo Lovatelli, presidente da Abiove, os membros das duas associações comercializam 92% da produção brasileira de soja.

Espera-se que a iniciativa complemente os esforços governamentais para parar o desmatamento, além de aumentar a governança, proteger a biodiversidade e trazer melhoria de qualidade de vida para as comunidades tradicionais. Se a implementação da iniciativa, entretanto, levar mais de dois anos para se realizar, o Greenpeace, outras organizações não-governamentais e as empresas que atendem aos consumidores finais esperam que o período da moratória seja estendido.

As atividades de empresas transnacionais estão, freqüentemente, relacionadas a problemas ambientais nos países onde operam. O Greenpeace reconhece que a mudança fundamental necessária para lidar com questões globais como desmatamento e mudanças climáticas só será alcançada com a cooperação das companhias.

Esta iniciativa demonstra que estamos dispostos a unir esforços e estabelecer parcerias com a comunidade empresarial que se empenha em ajudar a resolver uma crise como essa, e, juntos, atingir progressos significativos em um curto espaço de tempo.

Grupo de Trabalho da Soja em ação

Um Grupo de Trabalho da Soja, formado por traders, organizações não-governamentais ambientais e movimentos sociais, estabelecido em outubro de 2006 para assegurar a implementação da moratória. Um plano de trabalho foi acordado e um Grupo de Coordenação foi montado, tendo se reunido três vezes até o momento para garantir que os compromissos das traders e associações serão honrados.

Três subgrupos técnicos foram estabelecidos, tendo se reunido para desenvolver propostas e ferramentas para viabilizar a efetiva implementação e o monitoramento da moratória.

Três áreas de trabalho principais foram identificadas como vitais para a

implementação da moratória. A primeira, sob responsabilidade do subgrupo de Mapeamento e Monitoramento, envolve o desenvolvimento de mapas de referência que irão balizar a implementação da moratória. A segunda área de trabalho, a cargo do subgrupo de Relações Institucionais, focaliza o fortalecimento das relações com órgãos de governo para ampliar a governança nas áreas de risco para expansão da soja.

Também foi identificada a necessidade de aumentar a sensibilização dos produtores de soja para cumprir com a moratória e o Código Florestal brasileiro. O subgrupo de Educação e Divulgação foi criado para atender a essa demanda. Uma cartilha informativa destinada aos produtores deverá ser lançada em junho.

Estrutura do Grupo de Trabalho da Soja



Envolvimento do governo federal

Um subgrupo de trabalho formado por representantes da Abiove e do Greenpeace se reuniu com representantes do governo federal em abril. O encontro foi realizado na Casa Civil, ministério encarregado de implementar o Plano de Combate ao Desmatamento, em execução desde 2003.

O coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adario, e o presidente da Abiove, Carlo Lovatelli, apresentaram ao governo federal as demandas mais imediatas do Grupo de Trabalho da Soja: a produção de uma série de mapas que permitam a implementação da moratória, bem como a melhoria do monitoramento e a fiscalização do cumprimento da

legislação ambiental e fundiária. (veja 'Próximos passos: governança, mapas e monitoramento').

As demandas foram bem recebidas por Johannes Eck, coordenador de ação governamental da Casa Civil, que reconheceu a importância da moratória e seu potencial para contribuir com o sucesso do Plano de Combate ao Desmatamento.

Durante a reunião com o governo, o presidente da Abiove, Carlo Lovatelli, reforçou que "a indústria da soja assumiu um compromisso junto ao Greenpeace e outras ONGs de não comprar soja vinda de desmatamentos na Amazônia. Nós estamos levando o compromisso a sério, vamos respeitá-lo e implementá-lo", disse.

Quem está apoiando a moratória

A cooperação com algumas das maiores companhias de alimentos foi fundamental para o anúncio da moratória. Produtores de alimentos, supermercados e redes de fast-food e restaurantes no Brasil e na Europa, incluindo **Campestre, Cepêra, Jasmine, Mococa, Nutrimental, Olivebra, Sadia, Vitao e Yoki**, no Brasil, e **Alpro, ASDA (Wal-Mart), Cadbury, British Retail Consortium, Carrefour, Casa Tarradellas, El Corte Inglés, Iceland, Lidl, Marks & Spencer, McDonalds, Morrisons, Ritter-Sport, Sainsbury's, Tegut, Tesco Waitrose e UK Food and Drinks Federation** na Europa.

Essas empresas reconheceram a necessidade de ação imediata e conjunta para enfrentar a crise na Amazônia. Elas participaram de encontros com o Greenpeace e expressaram sua preocupação aos seus próprios fornecedores.

O envolvimento de todas essas empresas, ao lado das traders de soja, continua sendo essencial para proteger a floresta amazônica de futuros desmatamentos para cultivo de soja. Todas as empresas que apóiam a moratória também reforçaram sua preferência por soja não-transgênica.

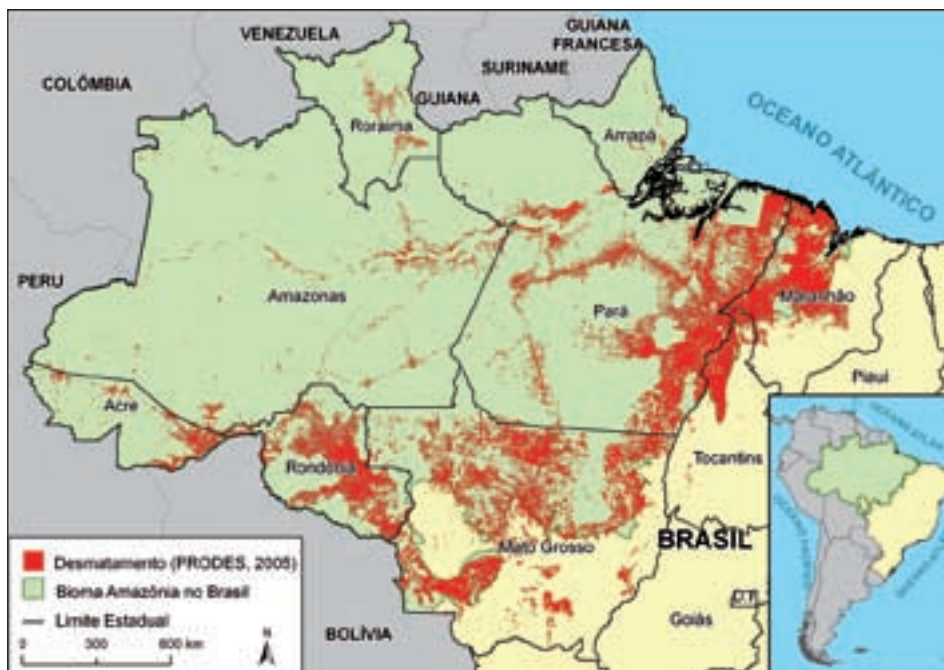
Próximos passos: governança, mapas e monitoramento

A grande extensão do território amazônico, aliada à falta de recursos técnicos, financeiros e humanos para monitorar de perto o que acontece no campo, representam um enorme desafio para o governo federal regularizar a situação fundiária e assegurar o cumprimento da legislação ambiental na região. Além disso, a grilagem e a disputa pela posse da terra impossibilitam o registro e o mapeamento preciso das propriedades privadas e das terras públicas na região, facilitando ainda mais a invasão de terras.

A solução dessa situação não apenas irá permitir os desdobramentos da moratória, como também é um fator essencial para prevenir a destruição da floresta amazônica. A iniciativa da moratória chega como uma oportunidade única de demonstrar que a articulação entre empresas, organizações não-governamentais e movimentos sociais, amparada por recursos condizentes, pode ajudar a superar os desafios de governabilidade e cumprimento da legislação.

Uma vez que não existem sistemas de monitoramento da cultura da soja na Amazônia, o subgrupo de Mapeamento e Monitoramento está trabalhando para providenciar as ferramentas necessárias. Ele também é encarregado de assegurar que o governo federal irá produzir os mapas necessários à implementação da moratória, em particular:

• **mapa do bioma Amazônia na escala 1:100.000.** O mapa oficial do bioma existente está na escala 1:5.000.000, nível de detalhe que não permite a determinação precisa da localização de fazendas na área de transição entre o Cerrado e a Amazônia. O governo federal já está providenciando a geração do mapa na escala necessária, mas sua entrega não deve ocorrer antes do final de 2008. O Grupo de Trabalho quer que sua produção seja agilizada, pelo menos para cobertura das áreas críticas para o cumprimento da moratória.



Desmatamento na Amazônia brasileira © Greenpeace

• **mapa do desmatamento da Amazônia na data do anúncio da moratória.** Usando-se este mapa como referência e comparando-o com imagens de satélite geradas mensalmente, será possível identificar todos os novos desmatamentos.

• **mapa das propriedades rurais localizadas no bioma, já exigido pela legislação brasileira.** Tais mapas permitirão a atribuição de responsabilidade por novos desmatamentos e o monitoramento das áreas desmatadas. A soja plantada nessas áreas não pode mais ser comercializada pelos membros da Abiove e da Anec. A forma mais apropriada de compilar essa informação ainda está sendo acordada pelo subgrupo de trabalho.

O processo de registro e mapeamento de propriedades vem se impondo como um assunto urgente, particularmente nas áreas

que já produzem soja dentro do bioma Amazônia. Trata-se de uma tarefa bastante complexa. Existem pelo menos 350 mil fazendas nos estados que cultivam soja na Amazônia. No Mato Grosso, por exemplo, estado que mais produz soja (tendo 53,5% de seu território localizados dentro do bioma Amazônia), existem cerca de 100 mil fazendas, segundo o Grupo Amaggi. Cerca de metade delas plantam soja, e talvez menos de 10 mil tenham sido mapeadas.

Uma vez que o registro e o mapeamento vão demandar tempo, dinheiro e esforço humano considerável, no curto prazo, o Greenpeace entende que os proprietários devem ser encorajados a aderir ao Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR), mecanismo oficial já existente, que permite às autoridades monitorar fazendas por mapas georreferenciados e imagens de satélite.

● McDonald's visita a Amazônia



Executivos do McDonald's, acompanhados pela equipe do Greenpeace, durante visita à Amazônia, em fevereiro de 2007. Fotografia McDonald's

Em fevereiro, executivos do McDonald's da Europa, Estados Unidos e Brasil estiveram na Amazônia brasileira, acompanhados de uma equipe do Greenpeace, para vivenciar a beleza e a importância da maior floresta tropical do planeta, encontrar as pessoas que vivem na região e testemunhar sua destruição.

Após a visita, o McDonald's renovou seu compromisso de permanecer ativamente engajado no processo da moratória. Karen van Bergen, vice-presidente de Relações Corporativas do McDonald's Europa disse que "a viagem serviu para abrir nossos olhos. Foi uma experiência privilegiada visitar a floresta e ver com nossos próprios olhos a velocidade e a dimensão do desmatamento, e aprender diretamente sobre seus efeitos no meio ambiente e nas comunidades locais".

O McDonald's já se comprometeu a não comprar mais soja que provoca desmatamento na Amazônia e continua incentivando o aumento da cooperação e da colaboração entre todas as partes envolvidas, uma vez que é essencial a ação conjunta para conduzir o processo na velocidade necessária.

"Nós confiamos plenamente em nossos parceiros, incluindo fornecedores, outras indústrias líderes e organizações não-governamentais locais para que o Grupo de Trabalho da Soja siga avançando. O objetivo de longo-prazo do grupo e de todos os seus participantes é desenvolver políticas aplicáveis para prevenir mais desmatamento, em apoio à regulamentação do governo federal para controlar as atividades ilegais e destrutivas na Amazônia. Só assim a moratória poderá ser bem-sucedida", conclui van Bergen.

AJUDE A SALVAR A AMAZÔNIA, APÓIE A MORATÓRIA

Não há tempo a perder para evitar a destruição da floresta Amazônica. A indústria de alimentos e o agronegócio devem assumir sua responsabilidade e se engajar na busca de soluções para barrar o aquecimento global e a perda de biodiversidade. Cada vez mais, os consumidores cobram essa postura pró-ativa das empresas – afinal, o futuro da Amazônia e a estabilidade do clima global dependem dessas ações.

Para saber como aderir à moratória, contate consumidor@br.greenpeace.org

PRÓXIMOS EVENTOS

MAIO

- 16**
Reunião do subgrupo de Relações Institucionais com o governo federal
- 28**
Reunião do subgrupo de Mapeamento e Monitoramento, em Brasília
- 30**
Reunião do Grupo de Coordenação, em Manaus

JUNHO

Lançamento da cartilha de divulgação para agricultores e instituições envolvidas

JULHO

- 24**
Aniversário de um ano do anúncio da moratória e reunião do Grupo de Trabalho da Soja com outras partes interessadas (incluindo a indústria de alimentos e varejistas), em São Paulo.



© Greenpeace/Markus Mauthe

Publicado pelo Greenpeace Brasil

R. Alvarenga, 2331
São Paulo - SP
CEP 05509-006
Tel +55 11 3035 1155
Email: consumidor@br.greenpeace.org
www.greenpeace.org.br

Impresso em papel reciclado.